

Waldir de Pinho Veloso

Professor Universitário. Mestre em Linguística. Pós-Graduado em Direito. Bacharel em Direito. Escritor.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-479-7

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – **Escritório:** Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal
Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial
 D'ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Veloso, Waldir de Pinho.

V443 **Registro civil das pessoas naturais./ Waldir de Pinho
 Veloso./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2021.
 426p.**

1. Registro civil. I. Título.

CDD 342(22.ed.)
 CDU 342.72

000016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS	23
Capítulo 1 – ATIVIDADE REGISTRAL	25
1.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	25
1.2 NOMENCLATURA	26
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	28
1.4 FÉ PÚBLICA	30
1.5 O QUE É NECESSÁRIO MUDAR.....	31
Capítulo 2 – HISTÓRICO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATU- RAIS	33
2.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	33
2.2 CERTIDÃO E REGISTRO DE NASCIMENTO	34
2.3 O RECENSEAMENTO	34
2.4 O CASAMENTO COMO PRECURSOR DO REGISTRO CI- VIL	35
2.5 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA QUANTO AO REGISTRO CIVIL	36
2.6 REMESSA A NOVOS ESTUDOS	39
Capítulo 3 – ESCRITURAÇÃO E ORDEM DE SERVIÇO	41
3.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	41
3.2 LIVROS PARA A ESCRITURAÇÃO	43
3.3 O ATENDIMENTO AO PÚBLICO	47
3.4 A PUBLICIDADE REGISTRAL DAS PESSOAS NATURAIS ..	50
3.5 A RESPONSABILIDADE DO TITULAR DO SERVIÇO RE- GISTRAL	51

Capítulo 4 – NASCIMENTO	55
4.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	55
4.2 A DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO (DNV).....	57
4.2.1 Estatística de Nascimentos no Brasil.....	61
4.3 O SUB-REGISTRO DE NASCIMENTO	62
4.4 O REGISTRO DE NASCIMENTO	64
4.4.1 O que Constar do Registro de Nascimento.....	65
4.4.1.1 O nome do registrando	66
4.4.1.1.1 Alteração do nome.....	67
4.4.1.2 O nome do pai	70
4.4.2 O que Não Pode Constar do Registro de Nascimento	71
4.4.3 O que, Dependendo do Caso, Constará do Registro de Nascimento.....	73
4.5 QUEM TEM OBRIGAÇÃO LEGAL DE REQUERER O RE- GISTRO DE NASCIMENTO.....	74
4.6 O PRAZO PARA REGISTRO DE NASCIMENTO	77
4.7 O REGISTRO TARDIO	78
4.8 O REGISTRO DE NASCIMENTO POR PROCEDIMENTO ELETRÔNICO.....	81
4.9 A FALTA, OMISSÃO OU DEFEITO DO TERMO DE NAS- CIMENTO.....	82
4.10 REGISTROS ESPECIAIS DE NASCIMENTOS.....	84
4.10.1 Registro de Nascimento de Brasileiros Nascidos no Ex- terior.....	84
4.10.2 Registro de Nascimento de Brasileiros. Ocorrido em Na- vios e Aeronaves.....	88
4.10.3 Registro de Nascimento de Filhos de Militares em Cam- panha.....	89
4.10.4 Registro de Nascimento de Índios	90
4.10.5 Registro de Nascimento de Exposto e de Menor Aban- donado	90
4.10.6 Registro de Nascimento de Estrangeiro no Brasil	91
4.11 ENVIO DE MAPAS ESTATÍSTICOS QUANTO AO REGIS- TRO DE NASCIMENTO	92
Capítulo 5 – EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA.....	95
5.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	95

5.2	EMANCIPAÇÃO.....	100
5.2.1	Emancipação Voluntária por Escritura Pública.....	100
5.2.2	Emancipação por Procedimento Judicial.....	103
5.2.3	Obrigações dos Pais em Relação ao Emancipado	105
5.3	INTERDIÇÃO	105
5.3.1	Inovações.....	105
5.3.2	Procedimentos	106
5.4	AUSÊNCIA.....	110
5.4.1	O Registro da Sentença Declaratória de Ausência e as Averbações das Sentenças que a Sucodem.....	111
5.4.2	O Aparecimento do Ausente.....	113
5.4.3	O Conteúdo do Registro das Sentenças.....	114
Capítulo 6 – OS REGIMES DE BENS.....		117
6.1	PRIMEIRAS PALAVRAS.....	117
6.2	DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DOS REGIMES DE BENS	118
6.2.1	A Vênia Conjugal.....	119
6.2.2	Atos Livres de Marido e Mulher Quanto aos Bens	120
6.2.3	Atos que Dependem das Assinaturas de Ambos os Côn- juges.....	122
6.3	O PACTO ANTENUPCIAL	124
6.3.1	Validade do Pacto Antenupcial Perante Terceiros	125
6.4	COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	128
6.5	COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS	131
6.6	SEPARAÇÃO VOLUNTÁRIA DE BENS.....	133
6.6.1	Separação Obrigatória de Bens.....	134
6.6.1.1	A Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal...	136
6.7	REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS...	138
6.8	A ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS APÓS O CASA- MENTO	141
Capítulo 7 – HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....		143
7.1	PRIMEIRAS PALAVRAS.....	143
7.2	A IDADE NÚBIL E A AUTORIZAÇÃO PARA O CASA- MENTO DOS RELATIVAMENTE INCAPAZES	145

7.2.1	Da Autorização ao Maior de Dezesesseis Anos e Menor de Dezoito Anos, Manifestada pelos Pais.....	146
7.2.1.1	Pais que se acham em lugar incerto e não sabido.....	149
7.2.1.2	Pais sem o poder familiar	149
7.2.2	Da Autorização ao Maior de Dezesesseis Anos e Menor de Dezoito Anos, Manifestada pelos Representantes Legais.....	150
7.2.2.1	Discussão acerca dos demais relativamente incapazes.....	150
7.2.2.2	Da impossibilidade de casamento de menores de dezesesseis anos.....	153
7.2.3	Pais ou Responsáveis que se Acham Impossibilitados de Comparecer à Serventia para Assinar o Termo de Consentimento.....	153
7.2.4	Pais ou Representantes Legais Analfabetos ou Impossibilitados de Assinar.....	154
7.2.5	Da Revogação da Autorização para o Casamento do Relativamente Incapaz	155
7.2.6	Do Requerimento, Feito por Emancipado, do Processo de Habilitação para o Casamento.....	157
7.3	DAS CAUSAS IMPEDITIVAS DO CASAMENTO	158
7.4	DAS CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO	159
7.5	DO REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATORIA DE BENS..	160
7.6	DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO... 161	
7.6.1	Da Certidão de Nascimento ou Documento Equivalente ..	162
7.6.2	Da Autorização por Escrito das Pessoas sob Cujas Dependências Legal Estiverem os Nubentes, ou Ato Judicial que a Supra	163
7.6.3	Da Declaração Firmada por Duas Testemunhas.....	163
7.6.4	Da Declaração do Estado Civil, do Domicílio e da Residência Atual dos Contraentes e de seus Pais	164
7.6.5	Da Certidão de Óbito do Cônjuge Falecido, de Sentença Declaratória de Nulidade ou de Anulação de Casamento, Transitada em Julgado, ou da Averbação da Sentença ou Escritura Pública de Divórcio	166
7.7	O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO DE CASAIS HOMOAFETIVOS.....	166

7.8	O TRÂMITE DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO	167
7.8.1	Quem Pode Requerer.....	168
7.8.2	Nubentes que Não Sabem ou Não Podem Assinar	169
7.8.3	O Edital de Proclamas	169
7.8.3.1	A dispensa da publicação do edital de proclamas	171
7.8.4	A Oposição ou o Decurso de Prazo <i>In Albis</i>	172
7.8.5	A Remessa dos Autos ao Ministério Público.....	174
7.8.5.1	A não audiência do Ministério Público	175
7.8.6	A Desjudicialização do Processo e a Remessa ao Juiz de Direito.....	178
7.8.7	A Expedição do Certificado de Habilitação	179
7.8.7.1	Locais exóticos de celebração de casamento..	181
7.8.8	A Participação do Juiz de Casamentos	183
7.8.9	O Selo de Fiscalização, ou Sistema Equivalente, no Certificado de Habilitação.....	184
Capítulo 8 – HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO DE ESTRANGEIRO..		185
8.1	PRIMEIRAS PALAVRAS.....	185
8.2	A EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO E A VALIDADE DOS DOCUMENTOS NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO DE ESTRANGEIRO.....	186
8.3	O IDIOMA COMO FATOR DE IMPORTÂNCIA PARA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO ..	188
8.4	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....	189
8.4.1	Certidões de Nascimento ou de Casamento.....	194
8.4.1.1	O divórcio de estrangeiro	195
8.4.2	Documentos Emitidos pela Polícia Federal	196
8.4.3	Atestado de Estado Civil e, Notadamente, Atestado de Solteiro.....	197
8.5	RESPONSABILIDADE ADICIONAL DO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL APÓS A CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO DE ESTRANGEIRO	200
Capítulo 9 – CASAMENTO.....		203
9.1	PRIMEIRAS PALAVRAS.....	203

9.2	FAMÍLIAS.....	204
9.3	CONCEITO E DEFINIÇÕES DE CASAMENTO.....	209
9.4	DIREITOS E DEVERES NO CASAMENTO.....	210
9.5	O CASAMENTO NA HISTÓRIA.....	212
9.6	DA NÃO CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.....	214
9.7	A CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO VÁLIDO.....	216
9.7.1	Casamento Civil.....	217
9.7.1.1	O juiz de casamentos ou juiz de paz.....	220
9.7.2	Casamento Consular.....	225
9.7.3	Casamento em Caso de Doença Grave.....	227
9.7.4	Casamento em Caso de Risco de Morte, Também Chamado Casamento <i>In Extremis</i> , Casamento <i>In Articulo Mortis</i> ou Casamento Nuncupativo.....	228
9.7.5	Casamento por Procuração.....	231
9.7.6	Casamento Religioso para Efeitos Cíveis.....	232
9.7.7	O Momento da Efetivação do Casamento.....	235
9.8	CASAMENTO HABILITADO EM UMA SERVENTIA E CELEBRADO EM OUTRA.....	236
9.9	PROVAS DO CASAMENTO.....	237
9.9.1	A Falta ou Perda do Registro Civil do Casamento.....	241
9.10	INVALIDIDADE DO CASAMENTO.....	243
9.10.1	Casamento Anulável.....	246
9.10.2	Casamento Nulo.....	250
9.10.3	Casamento Putativo.....	254
9.11	CASAMENTO INEXISTENTE.....	255
9.12	OBRIGAÇÕES PÓS-CASAMENTO A CARGO DO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL.....	256
Capítulo 10 – CASAMENTO HOMOAFETIVO.....		259
10.1	PRIMEIRAS PALAVRAS.....	259
10.2	O PASSO A PASSO.....	261
10.3	O CASAMENTO HOMOAFETIVO COMO CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL.....	262
10.4	CASAMENTO HOMOAFETIVO HABILITADO COMO TAL.....	264
10.4.1	Norma do Conselho Nacional de Justiça Pacifica o Tema.....	267

Capítulo 11 – UNIÃO ESTÁVEL E SUA CONVERSÃO EM CASAMENTO ..	269
11.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	269
11.2 ACHEGAS SOBRE A UNIÃO ESTÁVEL NO BRASIL	272
11.2.1 Números Acerca da União Estável.....	275
11.2.2 A Normatização Infralegal da União Estável	276
11.3 UNIÃO ESTÁVEL ENTRE HOMEM E MULHER	277
11.4 UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA	279
11.5 UNIÃO ESTÁVEL POLIAFETIVA	281
11.6 A CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO ..	285
11.6.1 Conversão Exclusivamente Administrativa.....	285
11.6.2 Conversão Judicial, com Efeitos Retroativos ao Início Comprovado da União Estável	286
11.6.3 O Registro do Casamento, que Foi Convertido de União Estável, no Livro de Registro de Casamentos.....	289
11.7 A CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA EM CASAMENTO HOMOAFETIVO	290
 Capítulo 12 – O DIVÓRCIO COMO DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE CONJUGAL	 291
12.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	291
12.2 HISTÓRICO	292
12.3 OS NÚMEROS	294
12.4 A EXTINÇÃO DO CASAMENTO VÁLIDO.....	297
12.4.1 A Desjudicialização do Divórcio.....	298
12.5 O TÉRMINO DA SOCIEDADE CONJUGAL SEM EXTIN- ÇÃO DO CASAMENTO.....	300
12.5.1 Da Impossibilidade de Restabelecimento da Sociedade Conjugal	301
12.6 DIVÓRCIO <i>POST MORTEM</i>	304
 Capítulo 13 – ÓBITO.....	 305
13.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	305
13.2 O MOMENTO DO REGISTRO DO ÓBITO	306
13.2.1 A Declaração de Óbito	310
13.3 O LOCAL DO REGISTRO DO ÓBITO.....	311
13.4 O RESPONSÁVEL PELO REGISTRO DO ÓBITO	312
13.4.1 Declarantes Especiais do Óbito	313

13.5 CONTEÚDO DO REGISTRO DO ÓBITO.....	314
13.6 AS OBRIGAÇÕES DOS SERVIÇOS REGISTRAIS QUANTO ÀS ANOTAÇÕES E COMUNICAÇÕES DO ÓBITO	316
13.6.1 Anotações do Óbito	317
13.6.2 Comunicações do Óbito	318
13.6.3 Envio de Mapas Estatísticos Quanto ao Óbito.....	319
Capítulo 14 – ANOTAÇÕES	321
14.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	321
14.2 VÍNCULO.....	322
14.3 DISTINÇÃO ENTRE OS VOCÁBULOS <i>ANOTAÇÃO</i> E <i>AVERBAÇÃO</i>	322
14.3.1 A Cobrança de Emolumentos e Taxas em Certidões que Contêm Anotações	323
14.4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	324
14.5 ANOTAÇÃO DE ATOS PASSADOS NA PRÓPRIA SERVENTIA.....	324
14.6 ATOS PASSADOS NA SERVENTIA QUE TÊM LIAME COM OUTROS SERVIÇOS REGISTRAIS	327
14.6.1 A Forma e a Segurança da Comunicação	328
14.6.2 A Comunicação Quando se Tem Apenas uma Referência, mas é Caso de, no Mínimo, Outro Fato.....	329
14.7 ANOTAÇÃO E COMUNICAÇÃO AO MESMO TEMPO....	330
14.8 A COMUNICAÇÃO E O PROTOCOLO.....	331
14.8.1 Comunicação Especial sobre Estrangeiros.....	332
14.9 COMUNICAÇÕES RECEBIDAS DE OUTRAS SERVENTIAS.....	333
14.10 PENALIDADES	335
Capítulo 15 – AVERBAÇÕES.....	337
15.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	337
15.2 DISTINÇÃO ENTRE OS VOCÁBULOS <i>ANOTAÇÃO</i> E <i>AVERBAÇÃO</i>	339
15.2.1 A Cobrança de Emolumentos e Taxas em Certidões que Contêm Averbações.....	340
15.3 O QUE SE AVERBA.....	342
15.4 CONTEÚDO DO TEXTO.....	345

15.5 A COMUNICAÇÃO DE QUE SE CUMPRIU A AVERBAÇÃO	348
15.6 ANOTAÇÕES RECÍPROCAS, NA PRÓPRIA SERVENTIA, E COMUNICAÇÕES DAS AVERBAÇÕES FEITAS A OUTRAS SERVENTIAS.....	349
15.6.1 Comunicação da Averbação de Alteração de Prenome de Transgênero aos Juízos nos Quais Há Ação em Andamento.....	349
15.7 ANOTAÇÕES FEITAS A PARTIR DE COMUNICAÇÕES DE OUTRAS SERVENTIAS	351
15.8 PENALIDADES	351
Capítulo 16 – RETIFICAÇÕES	355
16.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	355
16.2 MUDANÇA DE NOME DO REGISTRADO	356
16.3 OS LIVROS PREVIAMENTE ENCADERNADOS.....	356
16.4 O PROCEDIMENTO DA RETIFICAÇÃO.....	358
16.4.1 Ação de Retificação de Registro Civil.....	359
16.4.2 Erros que Não Exigem Maiores Indagações.....	361
16.4.2.1 Espécies de erros evidentes e comuns.....	364
16.4.2.2 O procedimento administrativo	365
16.4.2.2.1 O arquivamento do procedimento administrativo concluído	366
16.4.2.3 Livro de controle de procedimentos administrativos para retificação de registro civil	367
16.4.2.4 Exemplos e modelos de averbações que se dão após procedimento administrativo de retificação de registro civil.....	368
16.4.2.5 A transformação de um procedimento administrativo sem indagações em discussão complexa	369
16.4.3 Retificação de Nomes de Brasileiros Registrados no Exterior.....	370
16.4.4 Pontos Finais Quanto ao Tema.....	371
Capítulo 17 – DA PUBLICIDADE E DA EMISSÃO DE CERTIDÕES	373
17.1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	373
17.2 ESPÉCIES.....	374
17.2.1 Certidão em Inteiro Teor ou Certidão <i>Verbo ad Verbum</i> ..	375

17.2.2 Certidão em Resumo	380
17.2.3 Certidão em Quesitos ou Certidão em Relatório ou, Ainda, Certidão em Breve Relatório	380
17.2.4 Certidão Negativa.....	381
17.3 TRASLADO E CERTIDÃO	382
17.4 CONTEÚDO DO TEXTO	383
17.4.1 Anotações e Averbacões Posteriores ao Registro Original	386
17.5 NÃO PODERÁ CONSTAR DE CERTIDÃO	387
17.6 NÃO HÁ EMISSÃO DE CERTIDÃO.....	389
17.7 PRAZO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO	390
17.8 PENALIDADES	392
17.9 CERTIDÕES POR VIA ELETRÔNICA	393
PALAVRAS FINAIS.....	395
REFERÊNCIAS.....	397
ÍNDICE REMISSIVO.....	403
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	417